

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS DE AQUIDAUANA  
CURSO DE HISTÓRIA

LIDIANE ANUNCIAÇÃO DA SILVA BOTELHO

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: A CADA 24H É UMA VIDA A MENOS  
NARRATIVAS E VIVÊNCIAS**

AQUIDAUANA/MS  
2025

LIDIANE ANUNCIAÇÃO DA SILVA BOTELHO

**VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: A CADA 24H É UMA VIDA A MENOS  
NARRATIVAS E VIVÊNCIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de História da Universidade Federal de Mato  
Grosso do Sul de Aquidauana, como requisito  
parcial a obtenção do título de Licenciada em  
História.

Orientador Prof. Drº. Aguinaldo Rodrigues Gomes.

AQUIDAUANA/MS  
2025

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, por permitir esse momento de minha vida e, eterna gratidão a minha Mãe Eva Silva, em especial meu pai José Duque (In Memoriam) meu avô Manoel Anunciação (In Memoriam) minhas filhas Suzhana Anunciação Botelho, Marhiana Anunciação Botelho, Ana Clarha Anunciação Botelho e Sophia Anunciação Botelho. Grata aos Professores do Curso de História, foram quatro anos de aprendizados que serão eternizados em minha memória, o meu muito obrigada as meninas Kamila Franco e Livia Aquino que caminharam comigo.

## RESUMO

Esta pesquisa aborda a violência estrutural contra mulheres em Mato Grosso do Sul (MS), um problema alarmante que excede a média nacional. Movida pela experiência pessoal da autora como sobrevivente, o estudo busca ir além da frieza estatística, transformando o autorrelato em um pilar metodológico. A metodologia se desdobra em duas etapas: inicialmente, a Pesquisa Documental mapeia a concentração do problema em Campo Grande/Dourados e identifica a violência psicológica como precursora, usando relatórios e a Lei Maria da Penha como alicerce. Em seguida, a Investigação Narrativa (Minayo, 2022; Flink, 2020) constitui o cerne ético e pessoal. Ela se concentra em dar voz às sobreviventes, incluindo o autorrelato da própria pesquisadora (identificada como "Silva" no texto), para captar a dimensão temporal, a resistência e os rituais de autocuidado que os dados oficiais ignoram. O objetivo final é integrar esses dados rigorosos com a subjetividade das narrativas para fornecer proposições de políticas públicas sensíveis às especificidades culturais de MS, posicionando as mulheres como protagonistas e sobreviventes essenciais para a construção de um futuro menos violento.

**Palavras-chave:** violência de gênero; narrativas femininas; vivências; resistência; direitos das mulheres.

## INTRODUÇÃO

Quando iniciei o mergulho nesta pesquisa, eu não estava apenas buscando números ou gráficos que confirmassem o que já se sabia: que a violência contra as mulheres em Mato Grosso do Sul é um problema estrutural e alarmante. Eu buscava, na verdade, uma forma de transcender a frieza dos relatórios oficiais, pois essa frieza jamais conseguiu abraçar a complexidade da dor que eu mesma conhecia. O que me moveu, e o que define a alma deste trabalho, é uma profunda convicção, nascida da minha própria experiência, de que por trás de cada estatística existe uma história de vida, uma trajetória de sofrimento, mas também, e talvez mais importante, uma prova de resistência e resiliência que ecoa o meu próprio caminho. Esta pesquisa é, fundamentalmente, um autorrelato que se estende para ouvir outras mulheres.

Cresci, vivi e sobrevivi às complexidades de nossa sociedade sul-mato-grossense. Sei, na pele, que o campo, o agronegócio, as cidades em expansão e as dinâmicas de gênero enraizadas criam um caldo de cultura específico para a perpetuação das agressões. Quando consulto os dados do Monitor da Violência e leio que em diversos indicadores, como os de estupro ou violência doméstica, ultrapassamos a média nacional, sinto um peso imenso. Não é apenas informação; é a confirmação estatística do cenário em que fui forjada.

Meu primeiro passo, a Pesquisa Documental, foi uma necessidade de mapear o terreno de forma objetiva. Eu precisava me distanciar momentaneamente da minha dor e dar credibilidade ao meu argumento: entender a concentração geográfica em Campo Grande e Dourados, rastrear a tendência de aumento nas notificações e quantificar que a violência psicológica é, muitas vezes, o fio condutor que se estende por anos antes de evoluir para a agressão física ou fatal. A análise de relatórios institucionais e da Lei Maria

da Penha é o meu alicerce externo, a base de conhecimento que garante a solidez das conclusões para além da minha experiência individual. Ela me dá o "o quê" e o "onde" do problema, mas não me dá a alma.

Contudo, eu sabia que esse alicerce não era o suficiente. O número de um boletim de ocorrência jamais poderá me dizer o que realmente significa ser violentada e, ainda assim, encontrar forças para denunciar. O dado oficial não registra o medo na hora de deixar o parceiro, a humilhação do abuso psicológico contínuo, nem a esperança de reconstrução – elementos que eu conheço de forma íntima.

É aqui que entra o coração da minha metodologia: a Investigação Narrativa, o espaço de encontro onde meu autorrelato se une ao de outras mulheres. Minha opção pelo modelo qualitativo de Minayo (2022) e o enfoque na oralidade (Aberti, 2013) é uma escolha ética e metodológica, mas também pessoal. Não quero apenas *coletar* informações; eu quero dar palco e dar voz a essas mulheres, reconhecendo nelas a minha própria trajetória. Eu adoto a investigação narrativa (Flink, 2020) para captar a dimensão temporal e processual dessas histórias. Estou interessada em como cada mulher constrói o sentido sobre a violência que sofreu, em como ela narra o momento da resistência, e quais são os rituais de cuidado e autocuidado que ela desenvolve para seguir adiante — rituais que, em muitas formas, se assemelham aos que eu tive que criar para mim.

Como uma sobrevivente que se propõe a ser o canal através do qual nossas vivências podem se transformar em conhecimento socialmente relevante. Eu quero entender as *lacunas* institucionais não a partir da burocracia, mas a partir da falha humana que experimentei: o que aconteceu quando a delegacia especializada não deu o suporte adequado? O que significou a ausência de uma rede de apoio na hora crítica? As respostas a essas perguntas não estão em nenhum banco de dados, mas sim na subjetividade, na emoção e na memória guardada em nossas narrativas.

Ao final deste estudo, minha esperança mais profunda é que, ao integrar os dados rigorosos da pesquisa documental com a intensidade dos autorrelatos, eu consiga oferecer mais do que um diagnóstico: espero fornecer proposições de políticas públicas que sejam, de fato, sensíveis às especificidades locais e culturais de Mato Grosso do Sul. Meu trabalho é um convite para que o Estado e a sociedade olhem para as mulheres não como

vítimas passivas, mas como protagonistas e sobreviventes, cujas vozes carregam a chave para um futuro menos violento

## **CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA, NARRATIVAS E VIVÊNCIAS**

Aquidauana está localizado a 130 km de Campo Grande capital do Estado de Mato Grosso do Sul, região Centro Oeste (IBGE, 2022). Nascida no município de Aquidauana, eu Lidiane Anunciação da Silva venho como ponto inicial dessa minha pesquisa de conclusão de curso, vários fatos me estimularam a chegar nesse ponto de partida a qual vou usar está escrita como narrativa minha e que também é a realidade de muitas mulheres.

“A oralidade é uma forma de produção de conhecimento e de transmissão da memória social. Escutar e interpretar a fala dos sujeitos é compreender suas formas próprias de construir o mundo e de narrar a si mesmos.” (BOSI ,2017 e THOMPSON,2002).

Há cerca de 25 anos, no mês de setembro dois adolescentes que se dedicavam aos estudos, moravam com os pais, aos 15 anos de idade claramente se faz necessário morar com os pais. A adolescente Silva com endereço fixo, cito a Avenida Mato do Sul, bairro Nova Aquidauana, naquela década o menino que a adolescente Silva sentiu uma paixão inexplicável, que o convidou para uma conversa informal, pois naquele mês o adolescente havia feito uma viagem para o Rio de Janeiro/RJ com o time de futebol. Conversaram, trocaram ligações e passado os dias o contato foi acabando.

Após 02 anos, para ser mais exato no dia 01 de agosto de 2002, os adolescentes tiveram contato novamente, foram 10 dias se falando e quando finalmente resolveram iniciar um namoro. Silva sempre dedicada aos estudos em seu último ano do ensino médio seguiu estudando e se preparando para uma prova do vestibular. Em dezembro de 2002 todas as expectativas foram desfeitas, pois os pais de Silva não tiveram recurso financeiro para arcar com o valor da prova.

Início de 2003 sem estudar, Silva se dedicava a cuidar da casa enquanto seus pais saiam para trabalhar, seguiu seu namoro, por várias vezes ocorreram discussões, inclusive

um tapa no rosto, Silva toda apaixonada, mesmo após essa agressão decidiu que daria uma chance, já que o mesmo jurava que aquilo não iria mais se repetir, assim foram os meses se passando, até que chegou o mês de dezembro, mês em que os adolescentes decidiram morar juntos, na data de 26/12/2003 Silva com todas suas roupas e pertences pessoais se mudou para a casa do adolescente. Dona e Silva, mãe de Silva pediu, implorou, mas de nada adiantou, Silva a adolescente foi para um novo endereço, crendo que viveria seu romance de amor com o adolescente, ele morava com seus pais.

Em janeiro de 2004 em uma manhã comum, Silva acordou com sintomas terríveis de vómito e tontura, não era normal aquele mal-estar, no dia seguinte pela manhã colheu sangue no laboratório público para descobrir a causa do mal-estar, o resultado após 03 dias veio com a notícia do resultado do teste de gravidez: positivo. Daquele dia em diante Silva não viveu mais por ela e sim para manter uma saúde de qualidade para aquele bebê que estava em seu ventre. As possibilidades de contracepção para mulheres pobres naquele enfrentavam limitações, Vieira (2007, p. 226), que explica que:

O relatório técnico de uma missão do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) ao Brasil, em 1994, revelou vários problemas relativos ao planejamento familiar no país: a imensa lacuna entre a demanda por contraceptivos e o acesso a eles, a falta de insumos nos serviços públicos de saúde, a ausência de gerenciamento logístico, a falta de capacidade técnica das equipes. Uma análise detalhada sobre as características dos serviços prestados na área de saúde reprodutiva apontava para várias deficiências: predominância de apenas dois métodos anticoncepcionais, leque de escolhas reduzido, os métodos oferecidos demonstram medicalização excessiva, predominância do setor privado (compra de pílulas e ofertas de cirurgias), acesso tardio (quase 50% das mulheres começavam a fazer contracepção depois do primeiro filho), uso inadequado de contraceptivos, alta proporção de gravidez indesejada, falta de informação e desigualdade no acesso. Acrescenta-se a isso uma questão de gênero importante, pois são as mulheres que mais contribuem com a contracepção, já que a participação masculina, embora crescente, ainda não atinge os níveis de outros países, onde parece haver maior equilíbrio de gênero, principalmente no que se refere à esterilização.

Silva uma jovem com um desafio pela frente, uma virtude que só as mulheres possuem, dar à luz, houve momentos da vida que o casal e a primeira filha enfrentaram dificuldades financeiras pra suprir a casa, prova de renúncias é o momento em que Silva deixou de se alimentar para oferecer a sua primogênita, uma dificuldade enfrentada em certas famílias brasileiras, o chefe de família trabalha fora, a mulher cuida de casa e dos filhos, fazendo com que enfrentem dificuldades, atualmente os dois trabalhando a

dificuldade quase fica desapercebida, dessa forma foram 08 anos vivendo com a renda do chefe da família, em março de 2005 em uma discussão, ocorreram agressões psicológicas e físicas, Silva se sentia impotente, fracassada em não ter uma postura de colocar um basta, sempre cedia aos pedidos do amado, foram cerca de 30 dias e mais uma chance Silva deu ao pai de sua filha, a promessa de que não iria mais ingerir bebida alcoólica, foram inúmeras vezes que o chefe da família bebia e se exaltava, discutia e fazia agressões psicológicas, reataram e seguiram os três.

Em 2007, Silva no dia 11 agosto na data de seu aniversário, foi um dia que movimentou as famílias para a organização da festa, Silva estava no oitavo mês de gravidez de sua segunda filha, os parentes, amigos e colegas marcaram presença, a festa ocorreu bem até o momento em que o pai de suas filhas passou dos limites e deixou que todos da festa vissem que na festa não só havia parentes e amigos, mas também a amante. Silva que planejou um dia lindo, cheio de alegria e paz, finalizou com lagrimas e decepções, diante do episódio Silva precisou se ausentar da festa para buscar um atendimento de saúde, pois a gestação chegou num ponto de risco, pelo abalo emocional causado pelo pai de suas filhas.

Seguiu sua vida com sua filha no ventre e a primogênita de 03 anos, morando na casa dos pais, Silva teve cerca de 42 dias separada, foi para maternidade com sua mãe de companhia, na manhã de 26 de setembro de 2007 Silva deu à luz a mais uma linda menina. Silva sua mãe sempre esteve de braços abertos para não permitir que Silva e suas netas passassem dificuldades, muito confiante em si mesma Silva seguiu sua vida, sempre renunciando suas vontades para suprir a vontade de 02 crianças, uma realidade enfrentada na maioria dos casos, a dificuldade do dia a dia e ceder à pressão de ter que reatar o relacionamento embasado em muitas promessas de mudanças e declarações de amor, Silva decide dar a segunda chance, acreditando que sem a bebida o casamento teria novos ares, novas situações de tranquilidade.

Em 2011 Silva inicia sua vida profissional, decide que precisa trabalhar, assim se tornou funcionária em uma loja de instrumentos musicais, passou-se meses e iniciou de doméstica na casa de família, seu primeiro meio de transporte foi pago com salário de seu trabalho, após 01 ano, Silva iniciou seu trabalho como funcionária pública e até os dias atuais de 2025 exerce mesma função neste órgão público.

O casamento melhorou, passou por mudanças possíveis de se perceber, em 2012 a família cresceu mais um pouco, sempre convicta, Silva mais uma vez acertou o sexo do bebê que estava esperando, agora a família seria de 05 pessoas, no dia 21 de maio de 2012

nascia a terceira filha. Após uma conversa de casal, a família na ocasião completava um carro de passeio, caso a família adquirisse um veículo para 05 pessoas, o casal decide que alguém iria passar por cirurgia. Em janeiro de 2015 acontecia na cidade um Projeto para realizar laqueadura e vasectomia, os dois optaram em fazer o cadastro e operar para evitar de ter mais filhos, uma decisão que Silva não queria, pois sempre teve o desejo de ter 06 filhos. Uma realidade um pouco estranha para os dias atuais.

Naquele mês saiu quem seria operado, Silva passaria pela cirurgia, iniciou as baterias de exames, risco cirúrgico, eletrocardiograma, aferiu a pressão por 7 dias, naquele ano o companheiro teria que assinar um termo para que liberasse a companheira de operar, passaram por psicólogos, para ter a certeza de que seria essa mesmo a decisão do casal. Chegou à data prevista e Silva foi ao retorno para entregar os exames e marcar a data da laqueadura.

A advogada **Vanessa Cavasotto Leite (2017)**, em sua monografia de conclusão de curso (TCC) "O CONSENTIMENTO DO CÔNJUGE COMO CONDIÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE LAQUEADURA NO BRASIL: VIOLAÇÃO DA AUTONOMIA SOBRE O CORPO E DO DIREITO AO LIVRE PLANEJAMENTO FAMILIAR," defende a urgência de uma **releitura constitucional** que reconheça e considere as profundas razões culturais que historicamente desfavorecem a mulher nas relações de gênero no âmbito familiar. Ela argumenta que a exigência legal do consentimento do cônjuge para que a mulher realize a esterilização tubária (laqueadura) é um **absurdo** que promove uma distorção da isonomia conjugal, violando princípios de matriz constitucional como a liberdade, a autodeterminação, a intimidade e a autonomia da vontade feminina. A autora sustenta que, em virtude do desnível de gênero ainda existente, que torna a mulher vulnerável a constrangimentos no âmbito privado, essa exigência padece de **inconstitucionalidade**, pois desrespeita a necessidade de um **trato diferenciado** que leve em conta a realidade feminina.

Apesar de me sentir pressionada como mulher continuei os procedimentos para a laqueadura, contudo, na consulta para cirurgia, Graças ao profissional competente que me atendeu, o médico olhando os papéis dos exames percebeu que falta um exame, na fala do médico seria o principal exame, o Beta HCG, exame que comprova que a mulher está ou não grávida. Silva bem convicta disse ao médico que não estava, por dois motivos: estava normalmente passando pelo período menstrual e fazia uso diário de anticoncepcional. O profissional seguro das ações, disse que Silva providenciasse esse exame de gravidez, pois os procedimentos necessitavam de papéis que comprovassem.

Silva imediatamente procurou um laboratório particular, pois temia perder a oportunidade de operar se demorasse providenciar o exame que faltara.

Passando as horas, no período vespertino, Silva retornou ao laboratório para pegar o resultado, só não contava com a surpresa que a vida lhe preparou, Silva estava grávida de 05 meses, tornando impossível passar pela laqueadura naquele ano, Silva não sabia se chorava ou se sorria, uma mistura de emoções tomou conta de sua vida. Para Silva acabara ali a chance de passar por uma laqueadura. A família em 2014 aumentou dia 07 de setembro com a chegada de mais uma criança, mais uma menina, 2014 foi o ano que Silva estava realizando o sonho da casa própria também. Diante desse fato na vida do casal, a cirurgia realizada foi a vasectomia, o pai de suas filhas passou por esse procedimento, operou para não ter mais filhos.

Apesar disso as agressões continuaram e Silva se ausentou da cidade, indo buscar refúgio na capital do estado, Campo Grande. Foi a separação que mais causou marcas pelo corpo de Silva, muitas agressões, verbais e físicas, o pensamento segundo Silva: que maneira seguiria com 04 crianças? São questionamentos que muitas mulheres no mundo se deparam, uma incerteza que invade os pensamentos de cada mulher, muitos casos não pensam em colocar um basta devido à grande dificuldade em começar do zero, mulheres enfrentam uma dificuldade muito gigantesca por optar por seguir a vida sem marido. Nesse caso de 2015 Silva apenas 02 dias longe de sua casa, retornou mais uma vez para casa, foi uma das agressões que esgotou todo sentimento que ela ainda cultivava pelo companheiro. Daquele ano em diante, Silva só imaginava em mudar o caminho de sua existência, após 16 anos retomou os estudos, entrou na UFMS, optou pelo curso de seu gosto e admiração, a família toda indignada com a reconciliação resolve não dar opiniões, que a escolha dela fosse feita, na mente de Silva, em seus planos era somente aguardar o momento certo de criar coragem de seguir a vida sem ter que sofrer agressões.

Chegou 2021, a família estava formada, com 06 pessoas, casa própria, carro, moto, bicicleta, uma casa bem confortável para todas as filhas, Silva ainda com o mesmo pensamento, aquele casamento era questão de tempo para chegar ao ponto final, a indignação tomou conta de sua vida, Silva estava planejando a melhor oportunidade para então dar um basta. No dia 18 de abril de 2021, Silva bastante pensativa começa então planejar sua separação, uma mulher muito orgulhosa, queria tempo pra arquitetar uma decisão que seria única, pois aprendera com seu saudoso pai que o ser humano deve obter uma palavra só, se estava decidindo partir para um divórcio, que essa atitude não fosse revertida.

Foram 03 dias pensando uma maneira de criar coragem aquela que muitas mulheres buscam e não conseguem encontrar, Silva no dia 21 de abril de 2021 num dia cinzento, feriado nacional (filhas na casa da avó paterna), uma rotina de muito trabalho, pois mulheres em sua maioria trabalham duplamente, fora e dentro de casa, ainda no período matutino, o pai de suas filhas inicia uma discussão, passou para uma agressão verbal, resultando em uma atitude que ela sempre tentou, Silva naquela manhã conseguiu colocar em prática, com muita força e coragem pede a separação, em 17 anos de casados e nunca teve essa ação. Como argumenta em sua pesquisa intitulada *Violência Conjugal: uma perspectiva da psicologia feminista no enfrentamento às situações de violência contra mulheres*:

A permanência de vítimas em relacionamentos abusivos é um fenômeno complexo influenciado por uma rede de fatores interligados que transcendem a vontade individual. A **dependência emocional** frequentemente cria um ciclo vicioso de esperança e medo, dificultando o rompimento do vínculo afetivo, enquanto a **dependência financeira** atua como uma barreira prática e imediata para a saída, especialmente quando a mulher não possui recursos próprios para garantir sua sobrevivência e a de seus filhos. A presença de **filhos** intensifica essa decisão, pois o medo de expô-los a mais trauma ou de perder a custódia muitas vezes se sobrepõe à necessidade de segurança. Adicionalmente, a **ausência de uma rede de apoio** (familiar, social ou institucional) isola a vítima, e a internalização da **crença** de que ela própria é, de alguma forma, responsável pela violência sofrida (culpabilização da vítima) destrói sua autoestima e a capacidade de buscar ajuda, mantendo-a aprisionada no ciclo abusivo. (**TIMM, 2008**)

O dia 21 de abril foi um marco em sua vida, pois estava caminhando para uma mudança de vida radicalmente. Foram 03 dias de reflexão, pois a decisão que tomaria teria que manter firme e não voltar atrás, um de seus defeitos ou qualidades é manter uma decisão e não mudar. Silva não poderia ficar separando e voltando, uma atitude que marca a vida de inúmeros casais. Esse não seria o caso de Silva, pensou, repensou e agiu com sabedoria. Aparentemente o pai de suas filhas estaria vivendo tranquilamente, na companhia de outra pessoa, Silva segue, diante das investidas, sempre manteve a palavra, de que não teria reconciliação. Passados 06 meses, no dia 1º de outubro de 2021 Silva decide fazer uma tatuagem em seu corpo, feliz, empolgada e ao mesmo tempo com medo realizou à vontade, na atualidade, as ações viraliza muito rapidamente, o profissional fez o trabalho, publicou e destacou Silva nas redes sociais, o pai de suas filhas ao observar essa postagem se irou, a raiva tomou conta e a atitude não foi agradável, da capital Campo Grande veio até Aquidauana para questionar a atitude de Silva.

Por volta das 23h Silva se arrumava para sair com as amigas, nesse momento em seu celular, a notificação de mensagem do pai de suas filhas, dizendo que estava em Campo Grande, Silva sem perceber, se arrumou e foi para a porta da sala, para ir ao encontro de suas amigas, o que não esperava era a presença do pai de suas filhas no lado de fora da casa, aguardando o momento exato de agir. Quando Silva destranca a porta, foi brutalmente agredida com empurrão, sem ter como pedir por socorro, Silva foi arrastada até o quarto, foi arremessada em cima da cama, sofrendo agressões como socos, chutes, tapas, puxões de cabelo, fora aproximadamente 2h de tortura, sofrendo agressões físicas e psicológicas.

Em um determinado momento segundo Silva, “viu a morte de perto”, momento em que o pai de suas filhas subiu em cima do corpo de Silva, com uma das mãos no pescoço e a outra pegou um meião (usado para praticar esporte) e apertou em seu nariz, tentando matá-la asfixiada, totalmente tomado pelo ódio, transtornado, agressivo e covarde. Naquela noite não adiantou os gritos, pois o socorro não veio. Uma noite que marcou sua vida, Silva solteira, não estava vivendo a paz que buscava, pois a possessividade era maior na vida do pai de suas filhas, as ações pararam quando Silva começou sangrar o rosto, assustado saiu de cima e a deixou respirar melhor, Silva por momentos pensou em suas filhas que ficariam sem a genitora, nada poderia ser feito, sem forças jamais poderia enfrentar por igual aquele cidadão. Silva com tristeza e indignação pediu por água, sabendo, não havendo no local ele foi até sua casa buscar, momento em que apareceu um sobrinho e fez com que o pai de suas filhas não voltasse a agredir, passado uns minutos, Silva saiu em seu carro, em busca de sua filha que estava em um evento entre amigos na igreja, ao perceber as agressões, imediatamente disse que aquele era o momento de ir até uma delegacia e denunciar o autor.



Imagen 2: Silva e suas filhas, arquivo pessoal, 2025.

E assim foi feito, Silva que por anos poupou de buscar ajuda na justiça não viu outra forma, já que acabara de sofrer uma tentativa de feminicídio. Envergonhada Silva faz a denúncia, com sentimento de dever cumprido e ao mesmo tempo temendo por sua vida, já que por vezes fora ameaçada de morte.

[...]a sociedade só pune a violência cometida por homens contra mulheres quando ela extrapola os limites do exercício da dominação-exploração socialmente aceitos para assegurar a continuidade do caráter androcêntrico da presente ordem de gênero. Isso representa uma autorização do poder constituído para que os homens espanquem sem provocar graves lesões, da mesma forma como podem ter seus desejos sexuais satisfeitos cometendo ameaças, mas não violências, enfim, fazendo-se obedecer sem deixar marcas profundas. (Saffioti,2004, p.7)

Quantas Silva, quantas Marias, quantas luzias sofrem violências e nunca narraram ou denunciaram essas situações? Esta minha escrita ponta para uma realidade: a vulnerabilidade das mulheres frente a diferentes formas de agressão: física, psicológica, sexual e a urgência de transformação. Muitas violências não são denunciadas ou sequer registradas, o real alcance desse fenômeno pode ser ainda maior, o que exige atenção não só à denúncia, mas à prevenção, à escuta ativa das vítimas e à construção de redes de apoio eficazes.



Imagen 3: disponível nas redes sociais.

## Reflexões Pessoais: Minha Luta, Minha Voz: O Labirinto da Dependência e o Peso da Cultura

Sinto que preciso começar confessando algo: o silêncio é a prisão mais difícil de ser rompida. Por anos, fui Silva mulher agredida, mas também fui apenas mais uma estatística silenciosa, uma sombra vivendo sob a violência conjugal que o direito, a sociologia e a psicologia tentam desesperadamente decifrar. O que os estudos chamam de "fenômeno social complexo e persistente" era, para mim, a realidade diária de um medo paralisante. Eu lia sobre como a violência de gênero é um mecanismo de manutenção da hierarquia patriarcal (SAFFIOTI, 2004), mas eu a sentia na carne, no controle, na desvalorização constante.

O mais difícil de admitir é por que eu ficava. Não era apenas falta de vontade; era uma teia de nós que a teoria acadêmica resume em termos como dependência emocional e financeira (TIMM, 2008). Sim, eu dependia. A crença de que os filhos precisavam de uma família completa — não importava quão tóxica era a relação — e o medo de iniciar uma vida do zero, sem recursos, me prendiam. O pior era a internalização da culpa. Lembre-me de pensar: "Se eu tivesse sido mais calma, se eu não tivesse respondido, ele não teria ficado com raiva." Essa crença na minha própria responsabilidade pela violência era a maior arma dele, e a mais eficaz, para me manter ali. No fundo, eu era vítima da cultura que o texto aponta: a que naturaliza o domínio masculino e a submissão feminina. E essa cultura pesava mais do que a minha vontade de fugir. Eu estava isolada, sem uma rede de apoio visível, afogada nesse ciclo vicioso que parecia não ter fim.

Apesar de toda a dor, eu sabia que a Lei existia. Eu ouvia falar da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), mas ela parecia distante, um recurso para outras mulheres, não para mim, aqui em Aquidauana. Havia uma desconexão entre o avanço legal e a minha realidade prática. Eu lia que os índices de agressão continuavam alarmantes (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024), e isso só reforçava o meu pessimismo: "De que adianta a lei se a violência não para?"

Foi um momento de desespero que me empurrou para fora. O medo superou a vergonha. Ao buscar ajuda, o que fez toda a diferença não foi apenas a existência da Lei, mas a aplicação humana e imediata que encontrei. Quando cheguei à DEAM de Aquidauana, eu esperava ser julgada, silenciada ou tratada com desinteresse. Em vez disso, encontrei uma rede de apoio que a literatura acadêmica exalta (BANDEIRA, 2014) — uma rede que

transformou conceitos teóricos em proteção real. O acolhimento humanizado, a escuta atenta, a orientação sobre as medidas protetivas... tudo isso começou a desmantelar aquela minha crença de que eu estava sozinha e de que a culpa era minha. O que Minayo (2022) chama de "escuta das experiências e narrativas das mulheres" foi, para mim, o primeiro passo para a reconstrução subjetiva. Minha voz, finalmente, estava sendo ouvida e validada.

### Rompimento, Resistência e a Voz de Silva

O rompimento não foi um evento único, mas um processo, facilitado pela coragem que a Justiça de Mato Grosso do Sul me deu ao agir com celeridade. Ao emitir as medidas protetivas e ao dar seguimento ao meu caso, o sistema demonstrou que as lacunas na aplicação da lei (PASINATO, 2015, p. 548) não são inevitáveis. Eu passei de vítima a sujeito de direitos.

Minha história, a minha oralidade, tornou-se um instrumento de memória e libertação (BOSI, 2017). Cada depoimento, cada conversa com a equipe de apoio, não era apenas um registro de eventos passados; era a construção de um novo significado para a minha vida. Eu estava transformando o silêncio em ação social e política. Quando Bandeira (2014, p. 460) afirma que a violência de gênero tem como base a desigualdade e se constitui em um fenômeno social e político, eu comprehendo na essência: a minha libertação não é apenas pessoal, é um ato de resistência contra essa naturalização da subordinação.

Hoje, quando me vejo livre e amparada, percebo que o enfrentamento da violência exige mais do que punição; exige o empoderamento feminino (BANDEIRA, 2014) e a integração dos serviços de justiça e apoio. Que a minha voz, a voz de Silva, consiga tornar audível o que antes era silenciado (THOMPSON, 2002), e sirva de prova de que as redes de apoio, mesmo em cidades como Aquidauana, são a chave para transformar o medo em autonomia e a dor em força. Minha história não é apenas sobre o que eu sofri; é sobre o que eu venci.

Hoje estou ciente de que a violência contra as mulheres é um fenômeno social complexo, multidimensional e persistente, que atravessa fronteiras culturais, econômicas e políticas. No contexto brasileiro, ela se manifesta em diferentes formas física, psicológica, sexual, patrimonial e simbólica e está profundamente enraizada nas relações desiguais de gênero historicamente construídas. Para Saffioti (2004), a violência de

gênero é um dos mecanismos mais eficazes de manutenção da hierarquia patriarcal, sustentada por valores que naturalizam o domínio masculino e a submissão feminina.

Apesar dos avanços legais, como a promulgação da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e da Lei nº 13.104/2015 (Lei do Feminicídio), a realidade dos índices de agressão permanece alarmante. Segundo o *Fórum Brasileiro de Segurança Pública* (2024), o Brasil registra em média um caso de feminicídio a cada sete horas, e milhares de mulheres são diariamente vítimas de algum tipo de violência doméstica. Essa persistência revela que as políticas públicas ainda enfrentam limitações em termos de alcance territorial, acolhimento humanizado e enfrentamento das causas estruturais do problema (PASINATO, 2015).

“Embora a Lei Maria da Penha tenha avançado significativamente na criação de mecanismos de proteção e na visibilização da violência contra a mulher, persistem lacunas em sua aplicação, especialmente em regiões onde o acesso à justiça é limitado, os serviços de apoio são escassos e os preconceitos culturais sobre gênero permanecem enraizados.” (PASINATO, 2015, p. 548).

A literatura aponta que o enfrentamento da violência não se limita à punição, mas exige o fortalecimento de redes de apoio, acolhimento e empoderamento feminino (BANDEIRA, 2014). O acesso a serviços de saúde, assistência social, educação e justiça precisa ser integrado e orientado por uma perspectiva de gênero, que considere as especificidades culturais e territoriais das mulheres.

“A violência de gênero, em qualquer de suas expressões, tem como base a desigualdade entre homens e mulheres e se constitui em um fenômeno social e político, cuja naturalização dificulta o seu enfrentamento. Trata-se de um processo que reforça a subordinação feminina e o poder masculino nas relações sociais.” (BANDEIRA, 2014, p. 460).

Nesse sentido, Minayo (2022) defende que a compreensão da violência deve ser interdisciplinar e baseada na escuta das experiências e narrativas das mulheres, pois é por meio da fala e da memória que se constroem sentidos de resistência e reconstrução subjetiva.

Ao longo de minha trajetória de busca por justiça encontrei outras narrativas de mulheres em situação de violência evidenciam processos de sofrimento, silenciamento e, ao mesmo tempo, de ressignificação e resistência. Esse é problema não apenas das mulheres, mas também dos homens, como mãe de meninas e educadora fico ao mesmo

tempo apreensiva com seus futuros relacionamentos quanto me sinto no dever de educar meus alunos homens para que não contaminem pela masculinidade tóxica que incentiva a violência contra as mulheres.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Minha narrativa reforça a importância da memória e da oralidade como instrumentos de ressignificação e resistência, permitindo que nós mulheres seguíssemos nossas trajetórias, reconhecendo nossas experiências e tornem visíveis situações muitas vezes silenciadas. Conforme Bosi (2017) e Thompson (2002), dar voz às vítimas é essencial para compreender o significado social da violência e para a formulação de políticas públicas mais efetivas.

O artigo também aponta que, embora legislações como a Lei Maria da Penha representem avanços importantes, sua efetividade depende de acesso à justiça, rede de apoio estruturada e ações contínuas de educação e conscientização (Pasinato, 2015). A persistência de barreiras institucionais e culturais reforça a necessidade de abordagens integradas e sensíveis às especificidades regionais e culturais, incluindo as vivências de mulheres indígenas e de grupos historicamente marginalizados.

A pesquisa evidencia que o enfrentamento da violência de gênero exige estratégias multidimensionais: valorização das narrativas, fortalecimento das redes de proteção, educação em igualdade de gênero e ações políticas estruturantes. Mais do que produzir conhecimento acadêmico, estudos dessa natureza contribuem para a transformação social, oferecendo subsídios para políticas públicas, práticas comunitárias e ações de empoderamento feminino, fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Essa pesquisa me permitiu transcender a dor e o isolamento do meu relato pessoal, o de Silva, sobrevivente de uma tentativa de feminicídio, para que ele funcionasse como uma reflexão dissertativa sobre a persistência e a complexidade da violência contra a mulher no contexto brasileiro. O sofrimento que vivenciei não é um evento isolado, mas sim a manifestação de um fenômeno social persistente e

multidimensional que atravessa fronteiras culturais e socioeconômicas, estando profundamente enraizado nas relações desiguais de gênero historicamente construídas. A dinâmica de controle e agressão experimentada, conforme apontado por Saffiotti (2004), serve como um mecanismo brutal de manutenção da hierarquia patriarcal, onde a subordinação feminina é naturalizada e reforçada diariamente.

Apesar dos significativos avanços legais alcançados com a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), o meu caso ilustra a fragilidade da efetividade da norma frente às barreiras institucionais e culturais. Os alarmantes índices de agressão e feminicídio (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024) demonstram que a lei, sozinha, não é capaz de desmantelar a estrutura da violência. Conforme critica Pasinato (2015), persistem lacunas em sua aplicação, especialmente em regiões com acesso limitado à justiça e onde os serviços de apoio são escassos, um cenário que quase me aprisionou. É nesse vácuo que a rede de apoio — incluindo a escuta humanizada da DEAM de Aquidauana e a celeridade da Justiça de Mato Grosso do Sul — emergiu como um elemento crucial. A intervenção dessas instituições não apenas garantiu a proteção legal, mas forneceu o suporte necessário para que eu rompesse o ciclo de violência e enfrentasse os fatores de permanência, como a dependência emocional e o medo.

O meu relato reforça a tese de que o enfrentamento eficaz da violência não se limita à punição do agressor; ele exige o fortalecimento do acolhimento e o empoderamento feminino (BANDEIRA, 2014). A oralidade e a memória do meu relato autobiográfico (BOSI, 2017; THOMPSON, 2002) são transformadas em instrumentos de ressignificação e resistência, permitindo que a minha experiência individual ganhe valor coletivo e político. Ao dar voz à minha vivência, contribuo para que o que era silenciado se torne audível, oferecendo subsídios vitais para a formulação de estratégias multidimensionais que sejam sensíveis às especificidades regionais e culturais. O meu testemunho, portanto, não apenas registra a dor, mas se torna um apelo à ação estrutural e à educação em igualdade de gênero, evidenciando que a construção de uma sociedade mais justa e equitativa passa, inequivocamente, pela valorização e proteção da autonomia feminina.

Nesse sentido, a minha trajetória se encerra com uma mensagem de coragem: a denúncia e o rompimento do silêncio são atos de resistência política que recuperam a autonomia e inspiram outras mulheres. A busca por apoio e a exigência de ser ouvida e

protegida são passos fundamentais para que o conhecimento acadêmico e o avanço legislativo se traduzam, de fato, em transformação social. Com isso encerro aqui parte dessa escrita com uma mensagem para as mulheres, jovens e idosas “Você não está sozinha. A violência que você sofreu não define quem você é, e você tem o direito de viver sem medo, sem humilhação e sem dor. Cada mulher merece respeito, proteção e dignidade.

Reconhecer a violência que você vivenciou é um ato de coragem. Dar voz à sua experiência, contar sua história e buscar apoio são passos importantes para recuperar sua autonomia e fortalecer sua autoestima. Sua coragem pode também inspirar outras mulheres a romperem o silêncio e buscar ajuda. Não permita que a violência continue. Você tem direito de ser ouvida, protegida e valorizada. A cada denúncia, você ajuda a construir uma sociedade mais justa e segura para todas. Romper o silêncio é um ato de coragem e resistência.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. História oral: a experiência do CPDOC. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 29, n. 2, p. 449–469, maio/ago. 2014.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 20. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 152, p. 1-4, 8 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 46, p. 1, 10 mar. 2015.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: [Inserir URL completa da edição]. Acesso em: [Inserir data de acesso].

GOVERNO FEDERAL. Secretaria de Comunicação Social (SECOM). Balanço de atendimentos e denúncias — Mato Grosso do Sul (Ligue 180). [S. l.]: SECOM, 2025. Disponível em: [Inserir URL ou especificar a fonte se for um relatório impresso]. Acesso em: [Inserir data de acesso].

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: mulheres e relações violentas. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

INSTITUTO DE PESQUISA DO SENADO FEDERAL. Pesquisa Nacional de Vitimização — Relatório por Unidade da Federação: Mato Grosso do Sul. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. Disponível em: [Inserir URL]. Acesso em: [Inserir data de acesso].

LEITE, Vanessa Cavasotto. O consentimento do cônjuge como condição para realização de laqueadura no Brasil: violação da autonomia sobre o corpo e do direito ao

livre planejamento familiar. 2017. 64 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MARINHEIRO, André Luís Valentini; VIEIRA, Elisabeth Meloni; SOUZA, Luiz de. Prevalência da violência contra a mulher usuária de serviço de saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 604-610, ago. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2022.

OBSERVATÓRIO DA CIDADANIA (UFMS). Painel do Observatório da Cidadania: violência contra mulheres e rede de apoio em MS. Campo Grande, MS: UFMS, 2025. Disponível em: [Inserir URL do painel]. Acesso em: [Inserir data de acesso].

PASINATO, Wânia. Acesso à justiça e violência de gênero: o papel da Lei Maria da Penha. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533–552, maio/ago. 2015.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Violência contra a mulher e violência doméstica. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 8, n. 2, 2004. Disponível em: [Inserir URL, se acessado online]. Acesso em: [Inserir data de acesso].

SARDENBERG, Cecília; GOMES, Márcia. Metodologias feministas e oralidade em pesquisas sobre violência de gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 30, n. 2, p. 1–18, 2022. DOI: [Inserir DOI, se disponível].

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL (SEJUSP). Monitor da Violência Contra a Mulher (Painel de dados). Campo Grande, MS: SEJUSP. Disponível em: [Inserir URL do painel]. Acesso em: [Inserir data de acesso].

TIMM, Flávia Bascuñán. Violência conjugal: uma perspectiva da psicologia feminista no enfrentamento às situações de violência contra mulheres. 2008. 101 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2008.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VIEIRA, Elizabeth Meloni. O arrependimento após a esterilização cirúrgica e o uso das tecnologias reprodutivas. *Revista Brasileira Ginecologia e Obstetrícia*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 5, p. 227-233, maio 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v29n5/a01v29n5.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017.

VIOLÊNCIA sexual e violência contra mulheres indígenas em Mato Grosso do Sul (2009–2017). *Revista de Saúde Pública* MS. [S. l.], [s. n.], [s. d.]. Disponível em: [Inserir URL completa do artigo]. Acesso em: [Inserir data de acesso].